

Por visibilidade midiática: protestos como exercício de cidadania na Copa do Mundo no Brasil

For Media Visibility: Protests as Citizenship Exercise in the World Cup in Brazil

Carlos Willians Jaques Morais (Brasil)
Universidade Estadual de Ponta Grossa
cwjmorais@hotmail.com

Rodrigo Nascimento Reis (Brasil)
Universidade Estadual de Ponta Grossa
rodrigoreisitz@gmail.com

Fecha de recepción: 1 de septiembre de 2016

Fecha de recepción evaluador: 10 de septiembre de 2016

Fecha de recepción corrección: 30 de octubre de 2016

Resumo

Durante o ano de 2014, ocorreram diversas manifestações contra a Copa do Mundo no Brasil. Nesse contexto, a proposta desse artigo é verificar se as matérias sobre os protestos, publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo*, tiveram a presença de membros da sociedade civil, movimentos e coletivos como fontes de notícias, uma vez que estes reivindicavam visibilidade na esfera midiática. Entre janeiro e julho de 2014 foram identificadas 13 manchetes abordando a temática no veículo. Com base neste material, buscou-se entender as interrelações que se estabelecem entre governo, mídia e sociedade civil em processos de debate público através da mídia, bem como constituir um espaço de debate e reflexão sobre as interfaces entre jornalismo e cidadania em meio aos protestos durante a Copa de 2014.

Palavras chave: Protestos; Copa do Mundo 2014; Cidadania; Sociedade Civil; *Folha de S. Paulo*.

Abstract

During 2014, there were several demonstrations against the World Cup in Brazil. In this context, the purpose of this article is to verify if the matters about the protests, published by the newspaper *Folha de S. Paulo*, were attended by members of civil society movements and collective as news sources, since they claimed visibility on the ball media. Between January and July 2014 were identified 13 headlines addressing the issue in the vehicle. Based on the materialistic, we sought to understand the interrelationships established between government, media and civil society in public discussion process through the media, as well as provide a space for discussion and reflection on the interfaces between journalism and citizenship amid protests during the 2014 World Cup.

Keywords: Protests; World Cup 2014; Citizenship; Civil Society; *Folha de S. Paulo*.

Apontamentos iniciais

“No dia do aniversário de São Paulo, um protesto contra a realização da Copa terminou em depredação e tumulto pelas ruas do centro, com a repetição das cenas de violência dos protestos do ano passado”. Este é o *lead* da primeira manchete de 2014 no jornal *Folha de S. Paulo* sobre as manifestações contra a Copa no Brasil. Logo, compreender as interrelações que se estabelecem entre governo, mídia e sociedade civil em processos de debate público através da mídia é a proposta deste artigo impulsionada por dois motivos: o primeiro é que há raras investigações sobre esse aspecto, como apontou a pesquisadora Rousiley Maia (2008), no livro ‘Comunicação e democracia’; e segundo, para constituir um espaço de debate e reflexão sobre as interfaces entre jornalismo e cidadania em meio às manifestações durante a Copa do Mundo de 2014.

Por meio da análise de conteúdo, foram identificadas 13 manchetes sobre os protestos de 2014, na *Folha de S. Paulo*, entre os meses de janeiro e julho. Tomou-se como base a manchete pelo espaço de visibilidade, enquadramento e importância na edição do jornal. Todavia, durante a análise percebeu-se que, internamente, a matéria de capa indicava, ao final, outras matérias referentes ao mesmo assunto para leitura. Optou-se, então, por analisar também estas notícias pelo redirecionamento explícito feito pelas manchetes, pois se observou que, por muitas vezes, somente uma matéria interna não dava conta da cobertura noticiosa e, certamente, chamar para outros desdobramentos foi estratégia do jornal.

Dito isto, o *corpus* de análise aumentou de 13 para 35 notícias. Neste material, buscou-se identificar quais as fontes de notícia acerca dos protestos contra a Copa, bem como sua abordagem, inclinação e desdobramentos. Nesse sentido, é possível captar os espaços de visibilidade da sociedade civil em meio a um tema que mexeu com a opinião

pública brasileira. No Brasil, os gastos com infraestrutura das cidades onde aconteceram os jogos também foram por conta do Estado, bancados com dinheiro público proveniente de impostos. Assim, uma parte da opinião pública dizia ser contra a realização do evento por acreditar que o dinheiro gasto para o mesmo poderia ser investido em setores de caráter precário e carente de investimentos no país. Outra parte levantou a bandeira de que a Copa, além de construir estádios, proporcionaria melhorias urbanas como expansão de aeroportos, linhas de metrô, estradas, rede hoteleira e outros aspectos que se tornariam herança para a nação.¹ A ‘Copa das Copas’, *slogan* governamental utilizado para desviar a atenção da parte estrutural do Mundial, é utilizado neste artigo como sinônimo ao evento.

Noções sobre sociedade civil e comunidade

A noção de sociedade civil foi concebida por vários pensadores ao longo da história. Becker (2010) identifica e sistematiza as principais concepções de Rousseau, Hegel, Marx, Gramsci e Habermas. Segundo ela, o precursor da ideia de sociedade civil foi o filósofo Jean-Jacques Rousseau ao propor o conceito de vontade geral para identificar o interesse comum vinculado à utilidade pública, o que contrapunha os interesses privados e as vontades particulares. Todavia, é o filósofo alemão Friedrich Hegel, o primeiro a utilizar a expressão sociedade civil, sugerindo a inclusão de um ator coletivo - corporação - como mediador entre o privado e o público, ou o singular e o universal. Junto com Karl Marx, pode-se dizer, em suma, que estes dois autores concebiam a sociedade civil no centro das relações econômicas.

Com outra perspectiva, o italiano Antonio Gramsci, entende a sociedade civil como articulação de interesses, mediações ideopolíticas e socioinstitucionais. Nesse sentido, a busca e o estabelecimento de hegemonia – este conceito é primordial na obra de Gramsci – corresponderiam à ideia de sociedade civil. Por sua vez, Habermas identifica na sociedade civil a finalidade de intermediar os discursos entre a esfera pública e privada.

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-se e os transmitem, a seguir, para esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesses geral no quadro das esferas públicas (Habermas, 1997 apud Becker, 2010, p.95).

Depois de tencionar o pensamento destes pensadores, Becker (2010) propõe um diálogo entre sociedade civil e mídia, no qual esta relação poderia ser entendida “como relação com a publicização, visibilidade na sociedade, pressão e negociação com o estado, busca de apoio/alianças no interior da própria sociedade civil e conquista de soluções favoráveis a um ou outro setor/classe social em cada conflito” (Becker, 2010, p. 106).

Assim poderia, nesse contexto entre os diferentes projetos societários, se atingir melhores posições.

Mas como fazer com que os interesses, debates, bandeiras, projetos ou causas da sociedade civil ganhem existência pública? Maia (2006) aponta que é preciso ter relacionamento com a mídia e partilhar sentido na sociedade. “Como atores políticos, eles também precisam estabelecer estratégias e negociar com os profissionais da mídia, a fim de ‘atravessar’ este campo e conferir ‘existência pública’ às suas causas” (Maia, 2006, p. 30).

Segundo ela, os atores coletivos cívicos têm contribuído para produzir alterações em discussões públicas, padrões culturais e regras de convivência na sociedade. No que compete à visibilidade midiática, estes atores buscam interferir na recepção do conteúdo produzido sobre os conflitos vivenciados e planejam ações para que seus problemas chamem atenção da mídia e sejam agendados no noticiário.

Maia (2006) explica, ainda, que são muitas as pesquisas sobre ‘enquadramentos’ como procedimentos de seleção de aspectos da realidade. E isto fica evidente em textos jornalísticos por meio da saliência, enfoques ou abordagens. É por isso que esta autora concebe o espaço de visibilidade midiática como ‘arena’ de poder, negociações de sentidos e disputa política. Ela apresenta, como exemplo, os governos e os políticos – que, devido aos assuntos sobre eles abordados nos veículos de comunicação, necessitam tomar decisões ágeis e assertivas. Tal visibilidade acaba por se tornar um palco de embates ideológicos, onde participam, além dos atores políticos, os cidadãos. “Aquilo que se torna visível através da mídia produz segmentações, constrói solidariedades, dissemina projetos ou visões de mundo, catalisa debates, faz deslanchar processos de prestação de contas, ou estimula a mobilização cívica” (Maia, 2006, p. 27).

Por sua vez, Gohn (2005) apresenta o conceito de comunidade e o desenvolve como espaço de mobilização e força social organizada, ou a redescoberta da força do povo na comunidade pela sociedade civil. Conforme relata, o termo comunidade é um dos mais utilizados nas Ciências Sociais e áreas afins, pois seu sentido carrega uma mística que permeia simbolismos, valores e identidades. As formas de referenciá-las passam por noções de localização geográfica, estrutura social de um grupo ou até mesmo aspectos psicológicos de indivíduos que compartilham sentimentos de pertencimento.

Todavia, somente na metade do século XX é que a comunidade passou a ser sinônimo de força social ou mobilização popular, “utilizada tanto por agentes e atores da sociedade civil como pelo Estado e seus aparelhos nas políticas públicas voltadas para os setores mais vulneráveis da sociedade” (Gohn, 2005, p. 16). Por isso, na fase de redemocratização do Brasil, a organização popular foi fundamental para democratizar o Estado e seus aparelhos. Assim, conforme aponta Gohn (2005), a unidade básica de

organização do povo era representada pela comunidade, que agregava associações e movimentos sociais:

Desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais, lutar pelo acesso e implantação de serviços de creche, escolas, postos de saúde, transportes, lazer e cultura etc. Ao lado dos direitos sociais elementares, outros grupos reivindicam direitos sociais modernos relativos à mulher, ao negro, ao meio ambiente etc. Eram frentes de luta que corriam, usualmente separadas, não apenas porque tinham demandas diferenciadas, mas porque atingiam e abrigavam, em seu interior, classes e camadas sociais distintas. Em resumo: a força social do povo advinha da comunidade organizada (Gohn, 2005, p. 21).

Os termos “território”, “igualdade”, “solidariedade”, “identidade” e “tradição” são bastante relacionados à noção de comunidade, conforme aponta Leal (2006). Para ele, um grupo de pessoas com laços de solidariedade e tradição forma basicamente uma comunidade devido ao enraizamento dos indivíduos. “Além disso, a comunidade seria uma forma de garantir a sobrevivência desse grupo, ou seja, possibilitaria condições de vida a todos diante de duras circunstâncias, naturais ou não” (Leal, 2006, p. 184). E, ainda, ofereceria aos envolvidos a inserção no grupo, bem como segurança e conforto e, em troca, limitaria a liberdade dos engajados no grupo.

Minorias e lógicas de protestos

As minorias também buscam visibilidade midiática. Segundo Paiva (2011), o conceito de minoria parte de uma posição no campo de luta em relação à hegemonia e traz, como exemplos, as ‘mulheres’ e ‘negros’, por emergirem de modo contra hegemônico. Barbalho (2005) discorre que as minorias sexuais, religiosas, étnicas, entre outras, levam suas bandeiras político-culturais a partir dos anos 1950 de modo expansivo. Entre suas exigências estavam o reconhecimento de suas diferenças, singularidades e identidades, além das buscas por seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos.

De fato, a luta das minorias é exemplar desse embate entre igualdade e liberdade e da busca de um equilíbrio entre esses dois valores. De um lado, as minorias necessitam afirmar suas diferenças, e aqui podemos lembrar a repressão dos comunistas aos que não seguiam a norma do partido e/ou do regime. De outro, exigem que o direito de exercer sua singularidade não implique, na prática, desigualdades (sociais, políticas, econômicas e éticas) (Barbalho, 2005, p. 30).

Paiva (2011) acrescenta o termo ‘flutuante’ às minorias para designar que estas são transitórias no campo de luta contra hegemônica. E destaca que o fato de serem flutuantes não se assemelha à inconsistência ou inabilidade de lutar contra hegemonia. Assim, para ocupar espaço midiático, precisa adotar em suas ações posturas estéticas e de espetacularização. “É bem o caso do movimento ecológico, capaz de alcançar

visibilidade total na sociedade midiaticizada durante eventos em que se comporta também midiaticamente” (Paiva, 2011, p. 37).

E Barbalho (2005) questiona: “não seria a mídia ‘o lugar’, por excelência, da luta minoritária?”. Segundo ele, atualmente é a mídia a maior detentora do poder de voz, de dar existência à discursos e atores sociais. Logo, faz sentido que as minorias busquem ocupá-la para exercitar o poder de fala e serem ouvidas. “Portanto, a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação” (Barbalho, p. 37. 2005). Segundo o autor, somente assim a minoria teria sua imagem vista pelo público de forma diferente daquela apresentada pela maioria.

Destaca-se, ainda, a participação na busca por visibilidade na esfera midiática, os movimentos populares, entendidos por Peruzzo (2004) como manifestações e organizações constituídas que buscam promover conscientização e satisfação de interesses e necessidades de classes subalternas em prol de melhores condições de vida. Esse contexto envolve acesso às condições de produção e consumo, desenvolvimento educacional e cultural, preservação do meio ambiente, garantia de segurança e participação política, entre outras questões. “Em última instância, pretendem ampliar a conquista de direitos de cidadania, não somente para pessoas, individualmente, mas para o conjunto de segmentos excluídos da população” (Peruzzo, 2004, p. 50).

Seja qual for a melhor forma de conceituar determinado movimento na sociedade, todos convergem no entendimento de que há uma identidade coletiva, “um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal” (Leal, 2006, p. 200). Desse modo, são estruturadas relações de pertencimento grupal entre aqueles que compartilham mesmos valores e crenças, gerando reciprocidade e reconhecimento. “Porém, o mais importante da identidade coletiva é o compartilhamento de valores e crenças que definem uma cultura política do próprio grupo, colaborando na configuração e na mediação da relação entre diferentes grupos” (Leal, 2006, p. 202).

Depois desta contextualização quanto às várias formas de expressão da sociedade, ocorre que muitos movimentos somente possuem visibilidade na mídia através de protestos/manifestações. Essa tendência cresceu de tal modo que é possível pensar lógicas de protestos, como propõe Cammaerts (2013). Os protestos, à medida que contestam formas de ver e fazer as coisas, tornam-se estratégias para chamar atenção da imprensa e manifestar ideologias, interesses, opiniões e articular identidades coletivas.

Na percepção de Cammaerts (2013), é possível observar três lógicas distintas de protestos: lógica dos números, de dano e de testemunho. A primeira, se refere às manifestações de massa e abaixo-assinados; a segunda, à destruição de propriedade e

grandes transtornos e a terceira, caracteriza-se como a exibição pública e não violenta de desobediência civil.

Como resultado, protestos e manifestações tradicionais são vistos como maçantes e recebem menos e menos atenção da mídia, a não ser que seus números sejam realmente espetaculares – e, portanto, a frequente contestação de números de manifestantes entre polícia e organizadores. Tudo isso levou ativistas e manifestantes a serem mais inventivos para fazer suas ações diretas serem mais salientes e dignas de notícia, levando a ações mais espetaculares. Uma das maneiras mais fáceis de fazer uma ação direta espetacular é se apropriando da lógica do dano (Cammaerts, 2013, p. 20-21).

Refinando as ideias apresentadas acima, a representação da mídia quanto à lógica de protestos baseada apenas em números é, muitas vezes, vista com resistência, desinteresse por parte da cobertura midiática – devido não ser mais novidade -, embora os movimentos vejam nos números uma oportunidade de espetacularização e força para visibilidade. Quando a lógica é o dano, certamente a mídia logo volta sua atenção para o protesto, pois, desse modo, a ação remonta gravidade e interesse público. Todavia, se há exageros por parte do movimento, este corre o risco de ser mal interpretado pela opinião pública. Por fim, quando a lógica é o testemunho, ganha-se bastante espaço na mídia com a oportunidade de produzir espetáculo, mas corre-se o risco de se tornar um evento ritualístico e considerado de elite, descaracterizando as propostas do movimento.

Nesse contexto, Soares (2012) considera a imprensa como uma instituição da sociedade civil, com competência para exercer protagonismo nos processos políticos e direcionar o foco de reflexão para questões de cidadania. Assim, a primeira relação com cidadania estaria no fato de todos terem direito à informação. Na visão dele, a presença dos temas de cidadania no noticiário deve atender a alguns requisitos, como: conferir relevância aos direitos civis; chamar a atenção das autoridades; publicizar critérios ou padrões técnicos, legais ou civilizatórios; identificar autoridades responsáveis por tomar determinadas medidas e se estão desfavoráveis àqueles atores que violem os direitos. “É importante analisar a presença dos temas de cidade no noticiário, a fim de saber se os cidadãos são adequadamente informados sobre assuntos relacionados a seus direitos” (Soares, 2012, p. 29).

Protestos como exercício de cidadania

As manifestações contra a realização da Copa do Mundo no Brasil ganharam as capas dos jornais desde o início de janeiro de 2014 e tiveram ápice no mês de maio e início de junho, sobretudo pela proximidade da abertura dos jogos. Deste período, a *Folha de S. Paulo* possui 13 manchetes que falam diretamente sobre os protestos e mais 22 matérias que fazem relação explícita com as notícias da capa e que foram publicadas na mesma edição da chamada principal.

Tabela 1 – Lista de notícias sobre os protestos na de S. Paulo em 2014

Data	Editoria	Título
26.01	Cotidiano C1	Manchete: Ato em SP contra a Copa termina em vandalismo
26.01	Cotidiano C3	PM encurrelha manifestantes em hotel
27.01	Cotidiano C1	Manchete: Manifestante é ferido a tiros pela PM em ato em SP
09.02	Poder A4	Manchete: Protestos levam Planalto a mudar discurso da Copa
09.02	Poder A8	Perfil dos Manifestantes, que são frutos dessa pesquisa do governo!
24.02	Cotidiano C1	Manchete: Apoio a protesto despenca e é o menor desde junho
24.02	Cotidiano C2	Artigo - Um jogo de Sombras
24.02	Cotidiano C3	Aprovação à realização da Copa é a menor em 5 anos
13.04	Mercado B1	Manchete: Sindicatos usam a Copa para cobrar salário maior
13.04	Mercado B1	Metrô, táxis, trens, motoboys e aeroportos podem sofrer parada
17.04	Cotidiano C1	Manchete: Bahia recorre ao Exército após greve de PMs e saques
17.04	Cotidiano C1	Greve da PM é política, diz governo da Bahia
16.05	Poder A4	Manchete: Com apoio reduzido, ato anti-Copa tem vandalismo
16.05	Poder A5	Agências bancárias e loja de carro são depredadas em SP
16.05	Poder A13	Governo desiste de lei mais rigorosa contra vandalismo
22.05	Poder A4	Manchete: Para 73% dos paulistanos protestos são prejudiciais
22.05	Poder A6	Motoristas encerram greve após 48h de caos
22.05	Poder A6	Protesto quer reunir até 15 mil hoje em SP
22.05	A13	Aqui não tem um líder, afirma grevista
25.05	Poder A4	Manchete: Governo irá à Justiça contra greve de policiais na Copa
25.05	Poder A8	Analistas veem crise sindical em paralisações
05.06	Poder A4	Manchete: Metrô decide parar; Justiça veta greve na hora do 'rush'
05.06	Poder A6	12 mil fecham radial e vão até o Itaquerao
05.06	Poder A6	Plantão de juizes vai julgar abuso em atos na Copa
05.06	Poder A6	Cinco Estados DF aceitam reforço das Forças Armadas
08.06	Poder A4	Manchete: Dilma pretende incluir sem-teto no Minha Casa
08.06	Poder A4	Após um ano de pressão, Haddad atende demandas de movimento

09.06	Poder. A4	Manchete: Metroviários contrariam Justiça e mantêm greve
09.06	Poder. A4	Alckmin ameaça demitir grevistas por justa causa
10.06	Poder A4	Manchete: Alckmin demite 42, e greve do Metrô de SP é suspensa
10.06	Poder A4	Assembleia teve dominó, música e confusão
10.06	Poder A4	Multas recentes a sindicato foram anuladas
10.06	Poder A6	Protesto tem bombas de gás e 13 detidos
10.06	Poder A6	Não há clima para torcer para a seleção, afirma MPL
10.06	Poder A8	Governo cede e sem-teto prometem trégua

Fonte: Elaboração do autor

Quem eram os manifestantes e quais as suas reivindicações? Foram ouvidos pelo jornal? Como foram representados pelos jornalistas da *Folha*? Na primeira manchete do ano sobre os protestos, intitulada “Ato em SP contra a Copa termina em vandalismo”, as fontes são o prefeito Fernando Haddad (PT), o governador Geraldo Alckmin (PDB) e a Polícia Militar. Ora, se a matéria afirma que era uma manifestação pacífica, tendo se tornada violenta devido à ação dos *black blocks*, onde estão as vozes pacifistas? Na mesma edição, outra matéria informa que a Polícia Militar encurrala manifestantes em hotel, e novamente a única fonte é a Polícia Militar. Quanto aos manifestantes, a matéria se resume a dizer que eram confirmados 23 mil no *Facebook* antes do início dos protestos.

Este protesto em São Paulo foi manchete também no dia seguinte devido às consequências do confronto entre PM e manifestantes. A manchete “Manifestante é ferido a tiros pela PM em ato em SP” relata a história de um jovem baleado por arma de fogo e levado às pressas ao hospital. O fato coloca em questão o uso desproporcional da força policial e traz como fontes, para debater o assunto, a Polícia Militar, especialistas em segurança, advogados e um irmão do manifestante. “O jovem curti páginas da tática de protesto *black bloc* no Facebook e participava de protestos na capital paulista, mas, segundo a família, nunca se envolvia em ‘nada perigoso’”, descreveu a *Folha*. Através da fala do irmão da vítima, evidenciou que o jovem havia entrado no movimento a partir das manifestações de junho de 2013.

Enquanto as duas primeiras manchetes do ano, acerca dos protestos, abordaram os atos de vandalismo, as duas seguintes vão tratar de pesquisa de opinião acerca das manifestações. Na matéria “Protestos levam Planalto a mudar discurso da Copa”, relata-se que devido a um levantamento, o Governo Federal decidiu mudar o termo ‘legado’ devido a isto ser visto como maquiagem por grande parte da população. Daí surgiu outros modos de se referir ao megaevento, como “Copa das Copas”. As fontes que embasam essa matéria são documentais: relatórios e levantamentos, mas também dão voz ao marqueteiro eleitoral do governo e à presidente Dilma Rousseff.

Na mesma edição, esta matéria redireciona para outra página, em que consta um detalhamento do perfil dos manifestantes. Através de charges, o jornal apresenta os perfis gerados pela mesma pesquisa, que fez o Governo mudar de discurso. São eles: os ‘politizados’, divididos em duas vertentes: jovens estudantes - universitários motivados pelos aumentos da passagem de ônibus e extremistas *black blocks* – jovens que não se identificam com organizações ou formas de governo e valorizam a violência como forma de protesto. Outro perfil corresponde aos ‘nem tão politizados’ – que passaram a apoiar os protestos após mobilização nas redes sociais, seguindo o perfil intitulado ‘baderneiros e bandidos’ – pessoas que agem com violência e tiram proveito das manifestações. Outro perfil identificado pela pesquisa é os ‘Facebookers’, - jovens que têm a prioridade de mostrar o engajamento nos protestos a partir das postagens na rede social; por último, o perfil ‘Oportunistas’ que engloba os partidos políticos, sindicalistas que tentam ganhar visibilidade em meios às manifestações.

A outra manchete referente a pesquisas “Apoio a protesto despenca e é o menor desde junho” revela, através de gráficos, a favorabilidade ou não aos manifestos e tem como fonte principal o levantamento do instituto Datafolha. Segundo a pesquisa, a onda de protestos no país, que ocorria desde junho de 2013, teve o menor índice de apoio entre os brasileiros. A matéria traz também as preferências políticas daqueles que são favoráveis às manifestações, identificando-os como aqueles que pretendiam votar para a presidência da República nos candidatos Eduardo Campos (PSB) e Aécio Neves (PSDB).

Para discutir esses resultados da pesquisa, a *Folha* dá voz a professores conceituados em análise de dados e para envolvidos no contexto de manifestações. Na mesma edição, o jornal remete a um artigo sobre as problemáticas do megaevento e uma matéria que é um desdobramento da pesquisa Datafolha com foco na informação de que a aprovação à realização da Copa é a menor em cinco anos.

A partir do mês de abril, o contexto de protestos ganhou conotação de apelo grevista e oportunismo dos movimentos em busca de reivindicações. A manchete “Sindicatos usam a Copa para cobrar salário maior” relata a pressão de 16 segmentos com ameaças de protestos: “Sindicatos que representam quase 4 milhões de trabalhadores preparam manifestações para obter reajustes e direitos”, escreveu o jornal em um dos parágrafos. Para esta discussão, as fontes ouvidas foram as seis centrais sindicais, federação de trabalhadores paulistas, representante do setor de turismo, diretor da Confederação Patronal e um economista. Nesta página, o jornal traz uma lista com os dados de todos os movimentos que ameaçavam cruzar os braços. Relacionada a essa matéria, a mesma edição traz duas matérias desdobrando o suspense de mobilização, onde foram abordados que os focos de tensão estão na área de transporte: aeroviários, metroviários, ferroviários da CPTM, motoristas, cobradores de ônibus, rodoviários, taxistas, motoboys e agentes de trânsito. Outra matéria aborda uma cobertura especial da *Folha* acerca dos protestos pelo país, a qual o jornal nomeou de ‘protestômetro’.

Ainda no mesmo mês, a matéria “Bahia recorre ao Exército após greve de PMs e saques” ganha destaque na capa. Apresenta-se um caso específico da Bahia em função da capital Salvador receber seis partidas do Mundial. O gancho da reportagem está no caos ocorrido em Salvador, onde ocorreram saques, arrastões e que as atividades de escolas e transportes públicos foram afetadas no primeiro dia de greve da Polícia Militar. As fontes consultadas foram a PM, o governador Jaques Wagner (PT), Polícia Civil, Guarda Municipal, comerciantes, Ministro da Justiça e o líder da greve em questão - que se tratava de um soldado no cargo de vereador. Relacionada, outra matéria destacava que a greve da PM tinha conotação política, com base em declarações do Governo da Bahia, trazendo como fonte, novamente, o governador Jaques Wagner, o líder da greve, além do presidente do PSDB, na Bahia.

Em maio, os danos ao patrimônio voltam à capa com o título “Com apoio reduzido, ato anti-Copa tem vandalismo”. A notícia informa que um protesto em São Paulo, com baixa adesão popular, terminou em confronto entre os manifestantes e policiais militares e destacou “lembrando cenas de junho do ano passado”. Somente fontes oficiais foram ouvidas: a Polícia Militar e o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos. A mesma edição destacou, ainda, que agências bancárias e loja de carro foram depredadas em São Paulo; foram ouvidos a PM, um integrante do Comitê Popular da Copa e um defensor público. No mesmo dia, a notícia sobre a desistência do Governo em aplicar uma lei mais rigorosa contra o vandalismo teve como fonte a Secretaria Geral da Presidência da República.

Novamente, o Datafolha é a principal fonte de chamada de capa na *Folha*. O enfoque está em dizer que “Para 73% dos paulistanos protestos são prejudiciais”. A pesquisa diz que o humor do paulistano mudou em relação aos protestos, pois, segundo os dados, de cada dez moradores da cidade, sete afirmam que os protestos geram mais prejuízos. A mesma edição traz a notícia de que “Motoristas encerram greve após 48h de caos”, dando voz ao superintendente regional do Trabalho, à prefeitura, secretário de Transportes e à Secretaria Geral do Governo. Na mesma página, consta a matéria “Protesto quer reunir até 15 mil hoje em SP”, pela qual uma manifestação organizada por grupos contrários à Copa prometia reunir entre 10 e 15 mil pessoas, na zona oeste de São Paulo; as fontes consultadas foram os coordenadores do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto. Na mesma edição, outro texto “Aqui não tem líder, afirma grevista” traz vários pontos de vistas sobre um manifesto de motoristas de ônibus, em que as falas são do presidente da Força Sindical, grevistas da empresa de transportes urbano Viação Sambaíba e advogado do Sindicato Patronal.

Para finalizar as manchetes de maio, a matéria “Governo irá à Justiça contra a greve de policiais na Copa” dizia que o governo decidiu ‘atacar’ os movimentos com ações na Justiça de modo a atingirem o bolso dos manifestantes e assim evitar problemas de segurança durante a Copa, além de proteger a imagem do país diante os estrangeiros.

Para falar sobre esse assunto, a única fonte consultada foi o advogado geral da União. Na mesma edição, a matéria “Analistas veem crise sindical em paralisações” pluraliza as vozes ouvindo presidente de sindicato, cientista político, professor da Unicamp e o presidente da Central do Sindicato de Motoristas. “E que a situação é agravada pela proximidade da Copa, uma oportunidade rara de dar visibilidade a demandas trabalhistas, com os governos pressionados a resolver conflitos com urgência”, resume o jornal. Por fim, ainda uma matéria sobre os novos protestos de grupos que pediam melhorias no transporte, saúde e educação, para a qual a fonte consultada foi o presidente do Sindicato dos Metroviários.

Em um intervalo de seis dias do mês de junho, houve quatro manchetes sobre protestos e dezenas de desdobramentos. A primeira do mês, “Metrô decide parar; Justiça veta greve na hora do ‘rush’”, informava que os metroviários de São Paulo decidiram entrar em greve por tempo indeterminado e trouxe depoimento de trabalhadores e o posicionamento do presidente do Sindicato dos Trabalhadores, do dirigente do PSTU, da prefeitura e metroviários. Um desdobramento dessa pauta dizia que aliados de Alckmin afirmavam que a motivação dos grevistas era política e trazia uma única fonte, o presidente do metrô.

Outra abordagem da mesma edição destacava que “12 mil fecham Radial e vão até o Itaquerao”, dando voz ao coordenador do MTST e à coordenação das entidades representantes dos Policiais Militares. Com o título “Plantão de juizes vai julgar abuso em atos na Copa”, essa matéria trouxe à tona os pontos de vista do presidente da Associação de Juizes pela Democracia e juiz auxiliar do Tribunal de Justiça, do Rio de Janeiro. A última matéria relacionada à capa diz que “Cinco Estados e DF aceitam reforço das Forças Armadas” para reforçar a segurança durante o torneio e, para essa matéria, ouviu o secretário de Defesa Social.

No dia 8 de junho de 2014, os holofotes foram direcionados para a tentativa da presidência de neutralizar protestos e consequentes danos à imagem do governo. Na manchete “Dilma pretende incluir sem-teto no Minha Casa”, a presidente ordenou que sua equipe incluísse os sem-teto nos programas sociais. Destacam-se dois parágrafos: “O foco do governo está, especialmente, no MTST (Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto), grupo social mais atuante nos últimos meses” e “Para o governo, o MTST é o movimento com maior poder de mobilização da Copa. Representa, assim, a maior dor de cabeça neste momento”. Além da presidente, um dos líderes do movimento é ouvido nesta reportagem. E, nesse dia, é publicada mais uma matéria relacionada à capa, “Após um ano de pressão, Haddad atende demandas de movimento”, na qual as fontes são a Secretaria Municipal de Habitação e o prefeito de São Paulo Fernando Haddad.

As duas últimas manchetes sobre as manifestações contra Copa na *Folha de São Paulo* são referentes à greve dos metroviários. Intituladas de “Metroviários contrariam

Justiça e mantêm greve” e “Alckmin demite 42, e greve do Metrô de SP é suspensa”, tanto estas como as matérias de desdobramentos, têm como fontes, repetidas vezes, o governador Geraldo Alckmin e o presidente dos metroviários. Outras vozes são do diretor do metrô, da Secretaria da Segurança Pública, ministro da Justiça, secretário de Transportes Metropolitanos, agentes da estação de metrô, desembargadores, advogados do movimento grevista e Secretaria Municipal de Habitação.

Considerações

A cobertura midiática realizada pela *Folha de S. Paulo* nas manifestações de 2014 contra a Copa do Mundo no Brasil atendeu, em sua maioria, a lógica de protestos de danos, pois as ações de vandalismo viraram manchetes e ganharam desdobramentos. Nestes casos, percebe-se que as vozes ouvidas foram os oficiais, com ênfase na Polícia Militar e no Governo do Estado de São Paulo. Integrantes da sociedade civil não foram fontes em matérias sobre vandalismo.

Outra fonte preponderante foi o instituto Datafolha, mantido pelo grupo empresarial que também mantém o jornal. Três manchetes fizeram referências a esta fonte. Novamente, os movimentos não foram ouvidos acerca daquilo que diziam sobre eles, mas o Governo e especialistas debateram as abordagens da pesquisa. Destaca-se que a matéria sobre o detalhamento do perfil dos manifestantes foi a mais completa sobre a identidade deles.

No geral, a cobertura dos protestos realizada pela *Folha de S. Paulo* privilegiou os protestos ocorridos no Estado de São Paulo com poucas menções às diversas manifestações ocorridas pelo Brasil. Os envolvidos nos protestos variam de mês para mês, pois não houve um movimento unificado contra a Copa, mas, sim, vários movimentos que conforme suas causas, apareciam no jornal para divulgar, contextos e oportunidade de pressionar o governo. Na maioria das abordagens, o jornal se resumia a incluir todos os seus atores na categoria “manifestantes”, sem desdobrar em qual movimentos estavam integrados, ou quando causavam algum dano, *black blocks*. Mas foram apenas citados sindicatos, militantes, movimentos sociais, entre outras entidades.

Destaca-se que houve fontes da sociedade civil que foram bem referenciadas pelo jornal, como o Sindicato dos Metroviários e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Essas vozes quebram a distância entre ser citado pelo jornal e ter visibilidade de fala, pois o conseguiram devido à lógica dos números, dos testemunhos inventivos e das proporções das ações de greve que assumiu caráter espetacular ou até mesmo assombroso devido às possíveis consequências de ato de paralisação. Apesar da discutível materialidade das notícias, de forma implícita, cada protesto contra a Copa carregava consigo o exercício de cidadania por melhores condições de vida, trabalho e educação.

Referências

- Barbalho, A. (2005). Cidadania, minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: Paiva, R.; Barbalho, A. (orgs.). Comunicação e cultura das minorias (pp.27-39). São Paulo: Paulus.
- Becker, M. L. (2010). Sociedade civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções. In: Cantoia Luiz, D. E. (org.). Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas (pp.87-108). São Paulo: Veras Editora.
- Cammaerts, B. (2013). Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. Revista Matrizes. São Paulo: USP, ano 7, n. 2, pp. 13-36, jul. /dez. Doi: 10.11606
- Gohn, M. da G. (2005). Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI. In: Souza, Maria Antônia; Costa, Lucia Cortes (orgs.). Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI (pp.15-30). Ponta Grossa: Ed. UEPG.
- Leal, B. S. (2006). A comunidade como projeto identitário. In: Maia, Rousiley; Castro, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas (pp.183-192). Belo Horizonte: UFMG.
- Maia, R. (2006). Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: Maia, Rousiley; Castro, Maria Céres Pimenta Spínola (orgs.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas (pp. 11-62). Belo Horizonte: UFMG.
- Maia, R. (2008). Comunicação e democracia: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus.
- Soares, M. C. (2012). Os direitos na esfera pública mediática: a imprensa como instrumento da cidadania. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Paiva, R. (2011). Minorias flutuantes e ativismo social. In: Barbalho, Alexandre; Fuser, Bruno; Cogo, Denise (orgs.). Comunicação e cidadania: questões contemporâneas (pp. 28-40). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- Peruzzo, C. (2004). Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: Oliveira, Maria José da Costa (org.). Comunicação Pública (pp.49-79). Campinas: Alínea.

Notas

-
- ¹ As informações sobre o financiamento da Copa podem ser acessadas pelo site: www.copatransparente.gov.br